

# Nunca foi tão fácil eleger-se presidente

RUBENS PENHA CYSNE

Professor da Faculdade Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e visiting scholar do Departamento de Economia da Universidade de Chicago

**N**unca foi tão fácil para políticos locais elegerem-se presidente no Brasil. Os motivos são dois. Primeiro, porque em situações de crise fica fácil identificar prioridades (é muito mais fácil para um cirurgião plástico operar um paciente acidentado do que se arriscar em uma cirurgia embelezadora). Segundo, porque no momento as prioridades são locais, não federais: saiu inflação e entraram violência urbana e corrupção. Isso confere a prefeitos e governadores uma chance que não tinham no passado, que é mostrar, com ações locais, que estão aptos a resolver problemas maiores do país.

Ao candidato bastará sinalizar que conseguiu reduzir a criminalidade e a corrupção nas esferas sob sua responsabilidade; que atraiu investimentos em função de uma atmosfera de vida saudável e comunitária; que o emprego cresceu e os salários aumentaram porque sua localidade conseguiu prover sinergia

entre pessoas, mais expectativa e maior tranquilidade de vida; que os recursos antes gastos em cercas e alarmes são agora gastos em hospitais; que os gastos com segurança particular podem agora ser investidos em novas escolas privadas; que a significativa elevação do fluxo de turistas tem gerado receita suficiente para melhor pavimentar e demarcar ruas e calçadas; que aqueles habitantes antes desestimulados a estudar e a investir, em função da incerteza e do medo, dedicam-se agora, com tranquilidade, a construir a cultura e a renda que servirão de base à educação de seus filhos; que os universais problemas de má distribuição de renda e pobreza foram combatidos sem que com isso a máquina pública tenha inchado e ficado fora de seu controle.

Curioso notar como certas autoridades, em particular no âmbito municipal, que sempre quiseram e talvez merecessem alçavões mais altos, têm desperdiçado a oportunidade curricular provida pela evolução recente dos fatos: a oportunidade de se mostrarem bons candidatos a presidente através do rigor e do vigor das ações locais. Ao invés de

adotarem o princípio básico da "tolerância zero no transgredir da lei", principal condição atual para que a sociedade brasileira possa e queira investir qualquer pessoa na condição de autoridade maior do país, remaram contra a maré, usando o estoque de fatos passados para justificar o mau encaminhamento (porque ilegal) dos problemas presentes. No cuidado das árvores, é preciso não perder de vista a visão da floresta.

O candidato a presidente deverá deixar claro que regerá sua conduta pelo princípio da "tolerância zero". Basicamente, isso significa que contravenções da lei ocorridas no passado, a despeito da abrangência, da tradição, da justificativa e do maior ou menor grau de delito, não poderão ser utilizadas para justificar ou tentar reduzir a importância de novas contravenções. A "tolerância zero" faz parte da liturgia de qualquer cargo público, o de presidente em particular. Trivial? Nem tanto.

O candidato a presidente deverá fazer ver que consegue integrar e unir a população do país. Que será capaz de reduzir a invisibilidade social da grande parcela da população que vive (ou sobrevive) à margem do Estado. Por

meio de suas ações locais, deverá deixar claro que acredita no parafrasear na canção popular: "O Estado tem que ir onde o povo está". Que vislumbra ser mais fácil mover o Estado do que remover favelas. E que entende que esse princípio aplica-se também ao fausto e às casas-grandes. Não há lei justa sem universalidade na aplicação, seja ela de origem tributária, civil ou penal.

Ao invés de imitar Helmut Kohl no que ele fez de pior, problemas de financiamento de campanha, o candidato a presidente deverá imitá-lo no que ele fez de melhor, integrando dois Brasis heterogêneos. O candidato deverá expressar-se de forma clara a respeito de seu conhecimento e posicionamento sobre fatos do dia-a-dia, sugerindo reconhecer que, se Shakespeare e De Gaulle fossem uma só pessoa, provavelmente diria que (o seu) "saber ou não saber" não é questão para país sério.

Os custos de bem-estar da violência e da corrupção já superaram em muito os custos históricos (entre 3% e 8% do PIB) da inflação brasileira do período 1947-1993. Prefeitos e governadores, é chegada a hora de mostrar serviço.